

A dívida brasileira e suas soluções

O GLOBO

L. G. NASCIMENTO SILVA

06 SET 1990

Como irão as finanças do Brasil?

Acho que já estamos no momento em que devemos fazer um levantamento de nossa situação, especialmente no que tange a nossa dívida externa e ao acerto de nossas finanças públicas.

O "Economist" desta semana debruça-se sobre a posição da dívida brasileira, que caracteriza como sendo a maior do Mundo, ou seja de cerca de 112 bilhões de dólares, débito que se vem acumulando de ano para ano, e que agora esbarra ainda com os eventos da crise do Kuwait com reflexos no mundo árabe todo.

A essa enorme dívida adicional, já agora, cerca de US\$ 2 bilhões por ano a seu balanço de importação, um acréscimo que o País dificilmente pode absorver. E, o que ainda agrava mais a situação, é que o Iraque é um excelente mercado para as exportações militares do Brasil. E essa fonte também já secou, e não podemos contar com ela.

Os banqueiros internacionais devem sofrer um duro golpe com essa paralisação que atinge em bloco os planos do Presidente do Brasil, Fernando Collor, que enfrenta problemas de controle de seu balanço de pagamentos que sua política interna custa bastante a equilibrar. Há mais de um ano que o Brasil não enfrenta o problema do pagamento dos juros de sua dívida interna que somam a US\$ 57 bilhões de débito ao longo prazo aos bancos privados credores de dívidas em atraso, e dos quais só o Citibank, que dirige o grupo, poderia, de certa forma, equilibrar. Já em julho último o Presidente do Citibank sugeria que o Brasil só poderia receber novos empréstimos depois de um pagamento nominal.

A verdade também é que o sucesso irrecusável do Plano Collor na direção das finanças e dos negócios do País levantou novas esperanças quanto ao êxito de sua gestão a frente do País, e os credores externos aguardam uma mais esperançosa transação. Espera o presidente brasileiro que, em fins de setembro, o Brasil tenha concluído um novo acerto com o Fundo Monetário Interna-

cional que lhe forneceria US\$ 2 bilhões de dinheiro novo, que ajudará o equilíbrio do balanço de pagamentos do País. E os bancos privados poderão então contar com um certo apoio, o que criará um balanço de forças. Mas, sobrevieram, exatamente agora, novos obstáculos. O propósito do FMI de ajudar os países em desenvolvimento esbarra com o aumento dos preços do petróleo, como aliás já sucedeu em 1973 e 1979, impondo condições duramente restritivas.

Isso tudo veio de encontro ao trabalho que vinha sendo executado pelo negociador da dívida brasileira, Jório Dauster, no sentido de que o Brasil não poderia pagar neste ano os juros de bilhões de dólares aos bancos comerciais credores. E, com as mudanças ocasionadas pelos acontecimentos no Golfo Pérsico, a Ministra da Economia do Brasil, Zélia Cardoso de Mello, confirmava sua posição que era a de que não muito significava nada. E essa é a atual situação que o Brasil enfrenta.

Na semana passada, ainda, a Ministra tornou bem claro aos banqueiros externos que eles se situavam agora no final da fila, na retaguarda do FMI e dos credores do Clube de Paris. Os banqueiros externos enfrentam uma derrota ainda maior porque o Brasil procura agora acordos com bancos individuais.

O rancor é suficientemente forte de modo a forçar o subsecretário do Tesouro Americano, David Mulford, em sua recente visita na última semana, a indicar fortemente que o Brasil deve retomar seus pagamentos aos bancos comerciais. Sua atitude é a de um conselho induzindo o Brasil a retomar sua posição anterior que era a de um pagamento parcial das dívidas para com os americanos. Mulford disse mais que teria discutido uma redução da dívida do Brasil com o Governo americano.

Tal proposta coloca-se em linha com o desejo americano que leva o nome do patrão de Mulford no Tesouro, Nicholas Brady. O plano contém um elemento controverso, como seja o do perdão parcial da dívida. Espera-se ainda uma redução da dívida oficial do Brasil pelo dispêndio pelo Governo brasileiro na proteção ambiental.

O certo é que o Mundo é o que aí está. As decisões fundamentais para o destino da humanidade não representam escolhas livres, populares. Há pequenas margens de opções, e mesmo essas o computador está louco por preencher. Mas uma política de governo verdadeiramente científica só existirá quando fundamentada numa crença em valores. E esses só podem ser os humanos.